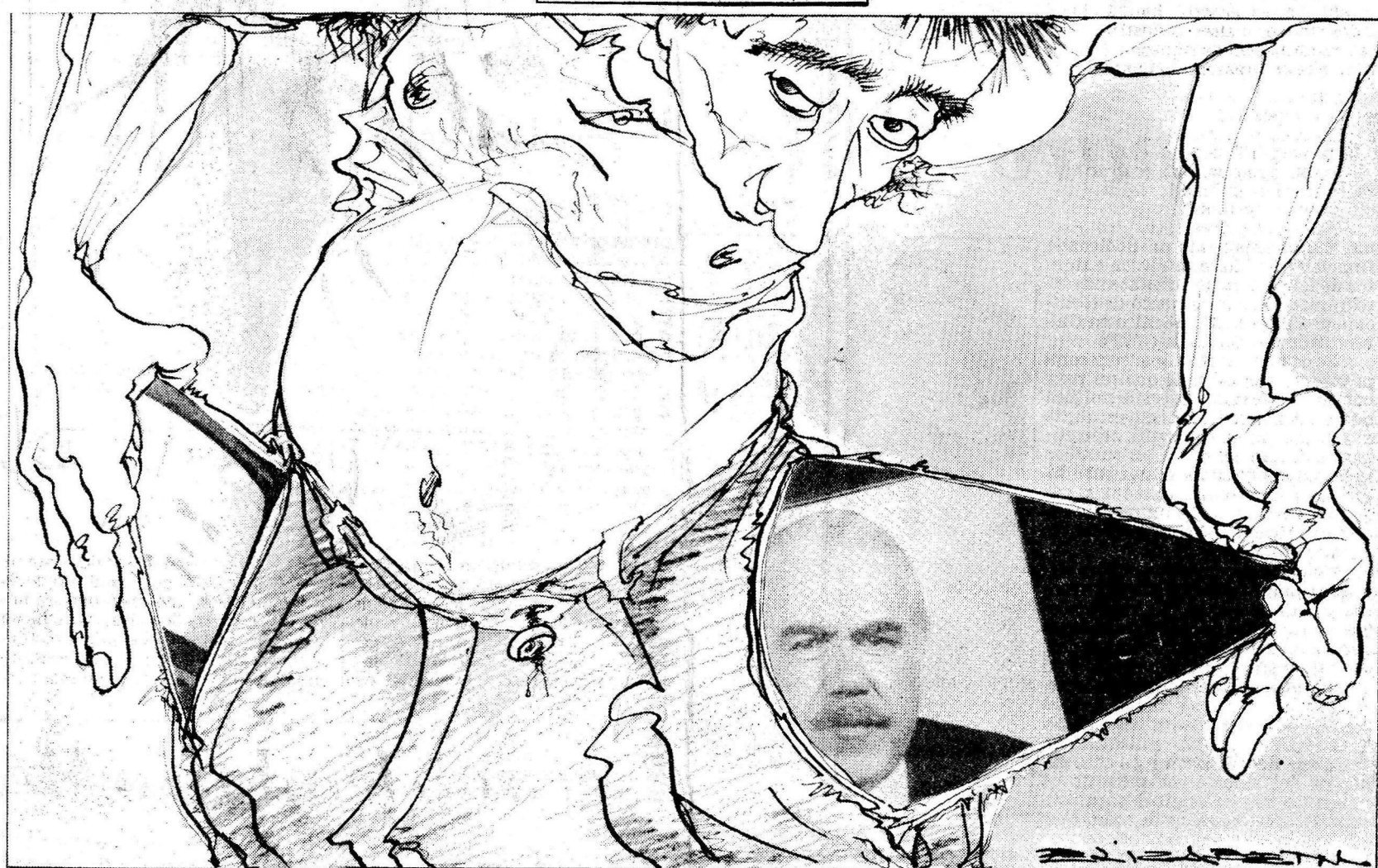


De bolso vazio

A moratória declarada pelo País deverá ter reflexos na vida de todos os brasileiros



Sem crédito para importações, podem faltar manufaturados e alimentos. E o desemprego ameaça



Pensar que a decretação de moratória pelo Brasil não afetará a vida dos brasileiros e, na melhor das hipóteses, ingenuidade. A medida, anunciada pelo presidente Sarney como única alternativa para evitar a recessão, o desemprego e a instabilidade política pode ser o caminho mais curto para esta situação, dependendo da reação

dos credores. Embora não se tenha certeza de que haverá reavaliações por parte dos credores, o corte das linhas de crédito para importações e exportações poderá ser sentido até nas feiras livres.

Os resultados comerciais nos últimos anos, com superávits de mais de US\$ 10 bilhões foram baseados nesses créditos e foram eles que também permitiram importa-

ções de milhões de itens, que só no ano passado custaram ao País US\$ 12,8 bilhões. Guardadas as proporções, seria como se o Brasil tivesse sido incluído na lista de maus-pagadores do Serviço de Proteção ao Crédito, o SPC, e agora só pudesse fazer suas compras pagando à vista.

Tendo no bolso dinheiro apenas para se manter por alguns ine-

ses, as compras teriam de ser muito bem escolhidas — somente o essencial como o petróleo. Muitos produtos teriam de ser substituídos, ou esquecidos, se não houvesse matéria-prima ou tecnologia interna. Isso pode significar, obviamente, diminuição na produção, demissões e redução de consumo. Em outras palavras, recessão e desemprego.

Abastecimento pode ter crise agravada

Em plena crise de abastecimento, no ano passado, o consumidor brasileiro recebeu com surpresa e alívio a enxurrada de produtos estrangeiros como cerveja, muçarela, leite, carne, doces. Além desses artigos, milhares de outros foram trazidos do exterior, para permitir que a indústria brasileira continuasse trabalhando a todo vapor, e registrasse o crescimento recorde de 12,1% conforme cálculos da Fiesp.

Embalagens de vidro, componentes eletrônicos, matérias-primas para remédios, corantes para tintas, máquinas, além de petróleo, custaram ao País US\$ 12,8 bilhões. A grande maioria dessas operações de compra no exterior, porém, foi financiada pelas linhas de crédito dos bancos estrangeiros, enquanto as pagas à vista foram agilizadas pela descentralização do câmbio.

Vale dizer que esses milhares de itens da pauta de importações garantiram o emprego de boa parte dos milhões de brasileiros que trabalham na indústria e no comércio, mantendo a demanda aquecida. Da mesma forma, as linhas de crédito permitiram que as exportações brasileiras atingissem US\$ 22,3 bilhões, gerando superávit de US\$ 9,5 bilhões aproximadamente. Caso o crédito seja cortado, é fácil imaginar os reflexos que provocará na produção brasileira.

Só para se ter idéia da situação, no final do ano passado, por determinação do governo, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil relacionou cerca de 2.500 produtos que não mais poderiam ser importados e retardou as compras externas de vários outros produtos (componentes e matérias-primas), agravando ainda mais a crise de abastecimento. Vários setores da indústria, como fármacos e eletroeletrônicos, paralizaram sua produção várias vezes.

As reservas anunciadas pelo presidente Sarney, de US\$ 3,962 bilhões, caso as importações tivessem de ser pagas à vista, seriam suficientes para bancar meses de importações — se tomada a média mensal do ano passado, que aliás, foi a mais baixa desde 1983, e sem considerar a necessidade de financiamento às exportações.

Reflexos também na alimentação

A suspensão das linhas de créditos para importações e exportações brasileiras apresentaria reflexos imediatos na alimentação. Do lado das compras, ficariam dificultadas as importações de trigo — embora boa parte seja financiada pelo Banco Mundial — que só no ano passado

custou ao País cerca de US\$ 250 milhões. Como a produção brasileira, apesar do crescimento significativo dos últimos anos, é insuficiente para atender o consumo, a saída poderia ser a substituição do trigo importado pelo milho, na fabricação de pães e massas, defendida há vários anos por especialistas do setor.

Mas esse não seria o único problema. A “supersafra” de 62 milhões de toneladas de grãos a ser colhida este ano, dificilmente seria repitada, caso as retaliações fossem prolongadas. Isso porque, além do desestímulo às culturas voltadas à exportação — haveria diminuição sensível nas áreas plantadas com esses produtos — seria real o risco de perdas substanciais na produção, em função da escassez quase absoluta de defensivos agrícolas.

Na verdade, problemas nesse sentido já vinha ocorrendo com as restrições impostas pela Cacex para a importação de mais de 2,5 mil produtos, entre esses matérias-primas utilizadas na fabricação de defensivos. Apesar das advertências feitas pelas indústrias do setor, a Cacex vinha limitando as compras no mercado externo às médias mensais das importações realizadas em 1985, um dos níveis mais baixos dos últimos anos, o que provocou a sangria dos estoques. “Se ocorrer uma praga, estamos perdidos” — admite Lourenço Vieira da Silva, presidente da Associação Nacional da Indústria de Defensivo Agrícola (Andef).

Para alguns setores, no entanto, uma suspensão total das importações não causaria maiores problemas, mas, pelo contrário, seria encaráda com grande contentamento. São os casos, por exemplo, dos pecuaristas de leite e de carne — ferrenhos críticos das compras realizadas no ano passado pelo governo no comércio internacional. O mercado interno, com potencial de consumo da ordem de dois milhões de toneladas, garantiria a rentabilidade para os pecuaristas de gado de corte, enquanto as dificuldades nas importações — até então simples e cômodas — de leite em pó, poderia levar o governo a investir na produção doméstica.

No lado das exportações de produtos agrícolas, as dificuldades não são intransponíveis. Os exportado-

res de suco de laranja e café — que junto com a soja respondem pela maior parte das vendas agrícolas (cerca de US\$ 4,6 bilhões) — pela aceitação do produto brasileiro no mercado mundial, não teriam maiores problemas para manter os números atuais e, até, ampliá-los, principalmente junto a mercados que nos últimos meses vem sendo “sondado” em profundidade: a URSS e o Japão.

A dependência dos EUA na informática

Matriz tecnológica da indústria de informática, os Estados Unidos têm nas mãos um poderoso instrumento de retaliação contra o Brasil. Compramos deles aproximadamente 70% dos componentes e insumos básicos que utilizamos na montagem dos computadores, estações gráficas, robôs e dezenas de outros produtos nacionais do ramo digital. Não pagamos os juros da dívida externa, e eles não nos fornecem as memórias e os microprocessadores, que são o coração e o cérebro dessas máquinas. A indústria não teria como acabar os produtos, de imediato, e seria o caos até que se encontrasse meios e modos de providenciar fornecedores alternativos.

É uma opção, mas nada indica que os americanos sejam tentados a usá-la, mesmo porque representaria de certa forma a “queima” de um trunfo poderoso para impor sanções contra a política nacional de reserva de mercado. Há formas melhores de punir o Brasil como “mau pagador” que cortar a exportação de chips. Com a retaliação tecnológica, além do mais, seriam prejudicadas também as filiais das empresas norte-americanas que fabricam sistemas de grande porte ou vendem softwares (programas) para computadores de todos os tamanhos. Nesta área dos programas, por sinal, os americanos, diretamente ou por associação com nacionais, têm praticamente o monopólio de mercado.

Da cota global de importações autorizada para o setor de informática este ano, de US\$ 700 milhões, cerca de 60% cabem à IBM Brasil. Ela,

como as 300 fábricas nacionais, também importa chips para os computadores, terminais e equipamentos periféricos que monta no País. Se fica, por esse ângulo, difícil uma sanção política generalizada dos EUA ao Brasil, suspendendo as remessas de componentes, também é improvável que o governo brasileiro, ao separar os setores que terão prioridade na distribuição dos dólares escassos, deixe de fora uma indústria que considera estratégica. Havendo dólares, mesmo no caso de um veto americano e europeu, o País teria ainda a opção de buscar memórias de maior potência na Coreia do Sul ou Formosa e microprocessadores no Japão, que inclusive os produz mais baratos. Outra “opção”, há muito usada, é o contrabando — numa pequena maleta, cabem centenas de componentes.

Indústria corre risco de parar

Já semiparalisada em alguns setores, por causa da demora na liberação das importações do final do ano passado, a indústria corre o risco de não manter o crescimento atingido nos últimos três anos, como pode parar de vez, provocando um caos no mercado consumidor. Na área de alimentos, por exemplo, a principal matéria-prima para embalagens, que é a folha-de-flandres, para a confecção de latas e tampinhas de garrafa, vem em parte do Exterior, pois a produção interna é inferior ao consumo.

Da mesma forma as embalagens plásticas, as resinas químicas, corantes para tintas e matérias-primas para produção de remédios dependem da importação, porque a produção de petroquímicos é insuficiente e porque o Brasil ainda não domina suficientemente o know-how em química fina. Também não dispõe de tecnologia para fabricação de componentes eletroeletrônicos, como circuitos impressos ou chips para a indústria de informática e para aparelhos de áudio e vídeo, cujo estoque garante a produção para as próximas quatro ou cinco semanas.

Igualmente dependentes das importações são a indústria aeronáutica, a indústria naval, a indústria gráfica, a indústria têxtil, e praticamente todos os demais setores, se não por causa de componentes, pela necessidade de novos equipamentos, para modernizar a produção e reduzir custos.

Não se pode também esquecer que muitas das máquinas e equipamentos brasileiros são importados e dependem de peças de reposição igualmente importadas, como aviões comerciais e militares, navios da marinha e teares da indústria têxtil.

Em resumo, o quadro é grave, porque além da possibilidade de o País entrar em recessão, há o risco de perder anos de avanço tecnológico.

Robson Pereira, Jorge Zappia e Jorge Abduch

Surge um novo fantasma

O consumidor que se prepare, pois, durante algum tempo, terá de conviver com um novo “fantasma” que certamente o irá acompanhar todos os dias às feiras-livres e aos supermercados. Assim como o verão passado trouxe o cruzado, o atual lança ao domínio público a moratória. Se o tomate subir, não tenha dúvida, a “culpa” será da moratória.

Mas as “encarnações dos fantasmas” sempre deixam seqüelas e sustos. Além disso, a incorporação de um termo acaba nos remetendo a outros, não tão distantes nem tão felizes. É o caso por exemplo de “apertar os cintos” que, em geral, acompanha historicamente as mo-

ratórias. A dúvida, nesse caso, é sobre a terminologia que será utilizada pela propaganda oficial, sempre pródiga em amenizar as palavras (haja vista “realinhamento”, substituindo aumento de preços, e “empréstimos compulsórios”, em lugar de confisco de renda).

Mas é carnaval e a alegoria econômica se encarregará de enaltecer a coragem do gesto e angariar o apoio popular necessário a medidas como essas. Evidentemente, que, de uma forma bem cuidadosa, procurando evitar a sua disseminação e a conseqüente transformação do Brasil em um gigantesco SPC. “Devo, não nego. Pago, quando puder.”